



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

Ano	2025
Tp. Período	Anual
Curso	ADMINISTRAÇÃO (010-P)
Modalidade	Parcialmente a distancia
Disciplina	1107079 - GESTÃO TRIBUTÁRIA
Turma	ADN-P

Carga Horária:	68
C. Horár. EAD:	0

PLANO DE ENSINO

EMENTA

Constituição societária e formas de tributação. Tributos e contribuições: porte das empresas e opções de regimes fiscais. O regime fiscal e os efeitos no resultado. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte: opção, enquadramento, efeitos sobre encargos trabalhistas. Tributos e contribuições: bases de cálculo, apuração, compensações, isenções e prazos. Créditos Fiscais: compensações, compra, venda. Planejamento Tributário. Tópicos Contemporâneos em Gestão Tributária.

I. Objetivos

1. Orientar os alunos sobre a importância do conhecimento teórico e prático do conteúdo da disciplina;
2. Estimular a reflexão crítica dos pontos a serem abordados, e;
3. Incentivar o estudo analítico dos fundamentos axiológicos que deram origem às legislações a serem verificadas.

II. Programa

1. NOÇÕES DE EMPRESA E CONSTITUIÇÃO SOCIETÁRIA

- 1.1. Conceito de Direito Empresarial
- 1.2. A Atividade Empresarial: quem pode exercer a atividade de empresário;
- 1.3. Estabelecimento e nome Empresarial
- 1.4. Disciplina do Empresário Individual. Empresário Regular
- 1.5. Sociedades empresariais

- 1.6. Porte de empresa e enquadramento legal
- 1.7. Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

2. INTRODUÇÃO AO DIREITO TRIBUTÁRIO

- 2.1. Atividade financeira do Estado
- 2.2. Sistema jurídico-tributário.
- 2.3. O direito tributário no quadro geral do direito.

3. FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO

- 3.1. Fontes materiais e formais.
- 3.2. Hierarquia das leis.
- 3.3. Constitucionalidade e inconstitucionalidade.
- 3.4. Legalidade e ilegalidade.

4. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIA

- 4.1. Introdução e definição.
- 4.2. Estrutura da norma jurídica.
- 4.3. Hipótese de incidência e fato gerador.

5. TRIBUTOS E SUA CLASSIFICAÇÃO

- 5.1. Impostos.
- 5.2. Taxas.
- 5.3. Contribuição de melhoria.
- 5.4. Outras contribuições.
- 5.5. Empréstimos compulsórios.

6. LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

- 6.1. Vigência e aplicação.
- 6.2. Interpretação e integração.
- 6.3. Elisão e evasão fiscal.

7. INCIDÊNCIA, NÃO INCIDÊNCIA, IMUNIDADE E ISENÇÃO.

- 7.1. Incidência.
- 7.2. Não incidência.
- 7.3. Imunidade.
- 7.4. Isenção.

8. LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR.

- 8.1. Princípios constitucionais Tributários
- 8.2. Vedações Constitucionais ao Poder de Tributar

9. RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA.

- 9.1. Responsabilidade dos sucessores.
- 9.2. Responsabilidade de terceiros.
- 9.3. Responsabilidade por infrações.

10. CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- 10.1. Constituição do crédito tributário.

- 10.2. Suspensão do crédito tributário.
- 10.3. Extinção do crédito tributário.
- 10.4. Exclusões de crédito tributário.
- 10.5. Garantias e privilégios do crédito tributário.
- 11. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO.
 - 11.1. Introdução.
 - 11.2. Decisão definitiva administrativa.
 - 11.3. A consulta administrativa e seus efeitos.
 - 11.4. Processo administrativo-fiscal.
- 12. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO
 - 12.1. Introdução.
 - 12.2. Ações de iniciativa do contribuinte.
 - 12.3. Ações de iniciativa do fisco.
- 13. OS IMPOSTOS NO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL.
 - 13.1. Impostos da União.
 - 13.2. Impostos dos Estados e do Distrito Federal.
 - 13.3. Impostos dos Municípios.
- 14. TÓPICOS ESPECIAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO

III. Metodologia de Ensino

O conteúdo do programa será desenvolvido por meio de aulas expositivas, com o incentivo permanente ao debate e à crítica reflexiva utilizando-se de estudo de casos práticos, assim como através da participação direta dos alunos com a apresentação de seminários. Além disso, poderão realizadas aulas e atividades não presenciais por meio da plataforma Moodle, nos casos e limites estabelecidos no PPC do curso (20).

Ensino a Distância (Conforme Resolução nº 0062/2008-CEPE/UNICENTRO)

I. Conteúdos que serão abordados a distância

Poderão realizadas aulas e atividades não presenciais por meio da plataforma Moodle, nos casos e limites estabelecidos no PPC do curso (20).

II. Metodologia de trabalho

Atividades remotas em tempo real e com prazo para postagem.

III. Tecnologias utilizadas

Plataforma Moodle.

IV. Cronograma de tutoria presencial

Correção de atividade com discussões em grupo;
Análises de casos verificados pelos acadêmicos;
Levantamento de erros e acertos nas atividades propostas;
Orientação na elaboração e concretização dos trabalhos;

V. Critérios de avaliação

Realização das atividades no prazo proposto.
Avaliação de acertos e erros.

VI. Cronogramas de avaliação

Poderão realizadas aulas e atividades não presenciais por meio da plataforma Moodle, nos casos e limites estabelecidos no PPC do curso (20), com aviso antecedente.

IV. Formas de Avaliação

A avaliação será realizada de forma contínua, considerando-se:

- a) Participação e interesse em aula e atividades propostas;
- b) Pontualidade e frequência;
- c) Participação em seminários;
- e) Avaliações escritas.

As Atividades de Recuperação de Notas – ARN, destinadas àqueles que não atingirem a média 7,0 (sete) podendo ou não ocorrer no mesmo formato das avaliações aplicadas, devendo ser realizadas uma semana após a divulgação das notas.

V. Bibliografia

Básica

ATALIBA, Geraldo. Hipótese de incidência tributária. 6ª ed. São Paulo: Malheiros, 2012. AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. BALEEIRO, Aliomar; atualização de Mizabel Abreu Machado Derzi. Direito Tributário Brasileiro. 15ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2001.
CARRAZA, Roque Antonio. Curso de Direito Constitucional Tributário. 29ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.
BRASIL. Código Tributário Nacional. Lei 5.172/66. Atualizada.
BRASIL, Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988, atualizada.
HARADA, Kiyoshi. Direito Financeiro e Tributário. 22ª ed. São Paulo: Editora Atlas. 2013. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de Direito Tributário. 34ª ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

Complementar

CAMPOS, Djalma. Direito Processual Tributário. 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

JARDIM, Eduardo M. Ferreira. Manual de Direito Financeiro e Tributário. 12ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

SABBAG, Eduardo. Manual de Direito Tributário. 8ª ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

TORRES, Ricardo Lobo. Curso de Direito Financeiro e Tributário. 18ª ed.. Rio de Janeiro: Renovar, 2011.

APROVAÇÃO

Inspetoria: DEDIR/G

Tp. Documento: Ata Departamental

Documento: 2

Data: 14/03/2025